



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Alvorada

e Demonstrações Contábeis

2º Trimestre/2024

Alvorada, 2024

DCONIFRS – processo nº 23419.000357/2024-67

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETORA-GERAL

Ademilde Irene Petzold Prado

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Adriana Silva Martins

Coordenadora de Gestão Orçamentária e Execução Financeira

Melina Fagundes Borges Vignol

Responsável pela Conformidade Contábil

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício), em atendimento à setorial contábil do IFRS, consta a Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158745 – campus Alvorada, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UG)	Código da UG
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS ALVORADA	158745
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 2º Trimestre de 2024, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada, exceto no tocante à:</p> <p>Restrição 315 – Sem conformidade de gestão em diversos dias do mês.</p> <p>Falta de registro da conformidade de gestão em diversos dias do mês; sendo, no mês de junho, os dias 17, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28. Motivo e providências relatadas: a conformidade de gestão não foi relacionada como atividade essencial durante o movimento grevista nacional; com o final do movimento grevista, a atividade será retomada. O apontamento de restrição na conformidade dos registros de gestão é recorrente no campus ao longo de todo o trimestre.</p> <p>Restrição 603 – Diferença no estoque de almoxarifado no valor de R\$ 52,8 mil.</p> <p>O estoque de almoxarifado do campus apresenta uma diferença de R\$ 52,8 mil a menor no SIAFI. Motivo e providências relatadas: trata-se de problemas recorrentes relacionados a problemas de armazenamento, ausência de controles e procedimentos de desfazimento (maio/24). Não foi atualizado o motivo da permanência da restrição em junho de 2024. Foram iniciadas a reordenação, aumento do controle, organização e segurança dos almoxarifados; entretanto, em função do movimento grevista nacional, a conferência de material e bens existentes ficaram prejudicadas. Com o retorno das atividades pós-greve, tais atividades serão priorizadas. O apontamento de restrição no relatório de movimentação do almoxarifado é recorrente no campus desde setembro de 2023.</p> <p>Restrição 640 – Diferença patrimonial em bens móveis no valor de R\$ 19,3 mil.</p> <p>O inventário de bens móveis do campus apresenta uma diferença de R\$ 19,3 mil a maior no SIAFI. Motivo e providências relatadas: trata-se de problemas recorrentes relacionados a problemas de armazenamento, ausência de controles e procedimentos de desfazimento (maio/24). Não foi atualizado o motivo da permanência da restrição em junho de 2024. Foram iniciadas a reordenação, aumento do controle, organização e segurança dos almoxarifados; entretanto, em função do movimento grevista nacional, a conferência de material e bens existentes ficaram prejudicadas. Com o retorno das atividades pós-greve, tais atividades serão priorizadas. O apontamento de restrição no relatório de movimentação dos bens móveis é recorrente no campus desde fevereiro de 2022.</p> <p>Restrição 653 – Falta de controle dos auxílios a pesquisa a comprovar.</p> <p>Não está sendo apresentado relatório de controle dos auxílios a pesquisa a comprovar, cujo saldo no SIAFI, em 30 de junho de 2024, é de R\$ 65,4 mil. Motivo e providências relatadas: a ausência de relatório ocorre devido a falta de documentos finais de prestações de contas de anos anteriores em projetos e programas de Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Extensão (março/2024). Não foi atualizado o motivo da permanência da restrição em junho de 2024. Será realizada nova pesquisa nos processos de prestação de contas, em conjunto</p>	

com as coordenações correspondentes até o dia 31 de maio de 2024. Até junho de 2024 não foram atualizadas as providências adotadas ou o cronograma de execução. O apontamento de restrição de controle é recorrente no campus desde junho de 2023.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Alvorada	Data	17/07/2024
Contador Resp.	Maicon Goulart Morales	CRC nº	85.488

Demonstrações contábeis do exercício de 2024

BALANÇO PATRIMONIAL

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-patrimonial-2024/>, Balanço Patrimonial 06 JUN 2024.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracao-das-variacoes-patrimoniais-2024/>, Demonstração das Variações Patrimoniais 04 JUN 2024.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-orcamentario-2024/>, Balanço Orçamentário 04 JUN 2024.

BALANÇO FINANCEIRO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/balanco-financeiro-2024/>, Balanço Financeiro 04 JUN 2024.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracao-dos-fluxos-de-caixa-2024/>, Demonstração dos Fluxos de Caixa 04 JUN 2024.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/documentos/demonstracao-das-mutacoes-do-patrimonio-liquido-2024/>, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido 04 JUN 2024.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Campus Alvorada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

(a) Bens móveis

Não há registro de laudo de inventário que viabilize conciliação das contas desse título. Atualmente, aproximadamente R\$ 298 mil estão contabilizados à título de estoques e R\$ 2,72 milhões de bens móveis. Também não foi realizada a avaliação dos bens móveis/intangíveis para apurarmos o real valor do ativo.

A divergência, em 30/06/2024, são: I) do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial é de R\$ 19,3 mil; II) do saldo de estoque em almoxarifado no SIAFI e o saldo de estoque em almoxarifado no controle patrimonial é de R\$ 52,8 mil; III) do saldo de depreciação acumulada no SIAFI e o saldo de depreciação acumulada no controle patrimonial é de R\$ 23,5 mil.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Alvorada, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- VII. Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos

concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Caixa e Equivalente de Caixa

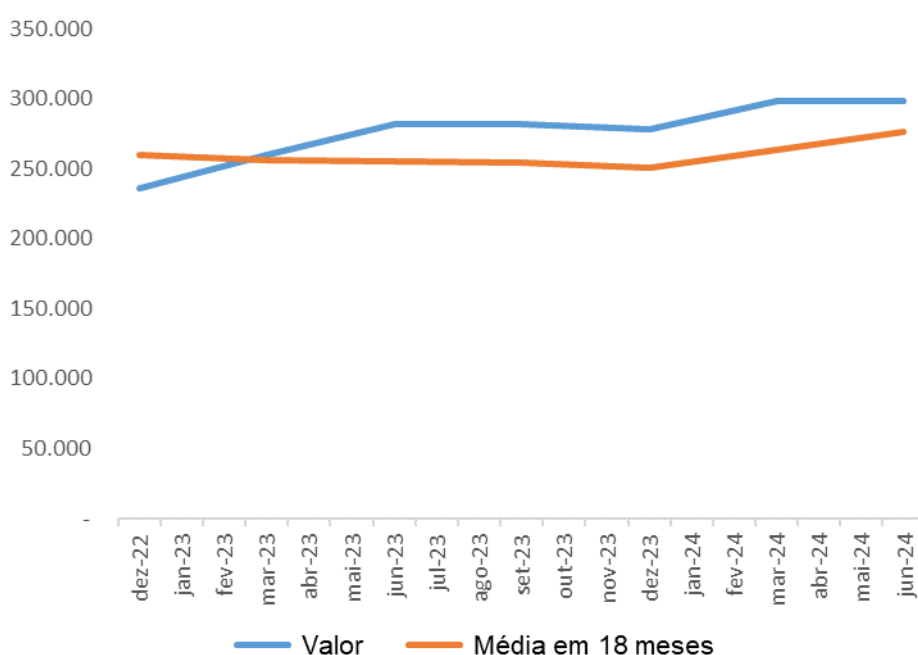
	R\$			
	jun-24	dez-23	AH (%)	AV (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Cont	2.205	2.205	-	16
Recursos Liberados pelo Tesouro	11.573	46	24.922	84
Total	13.777	2.251	24.922	100

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

Nota 2 – Estoques

Houve manutenção do volume de estoque no último trimestre. Estes são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios e materiais de expediente. O campus armazena, em média, R\$ 276 mil em almoxarifado.

Materiais em almoxarifado nos últimos 18 meses (valores em R\$)



Nota 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Registro do pagamento antecipado da locação do software Adobe Creative Cloud Fortteams, por 36 meses, cuja apropriação da despesa acontece mensalmente. Saldo de R\$ 31,8 mil a apropriar em 30/06/2024.

Nota 4 – Imobilizado

No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelo campus é especializada, como, por exemplo, ativos de infraestrutura e materiais bibliográficos.

Bens Móveis

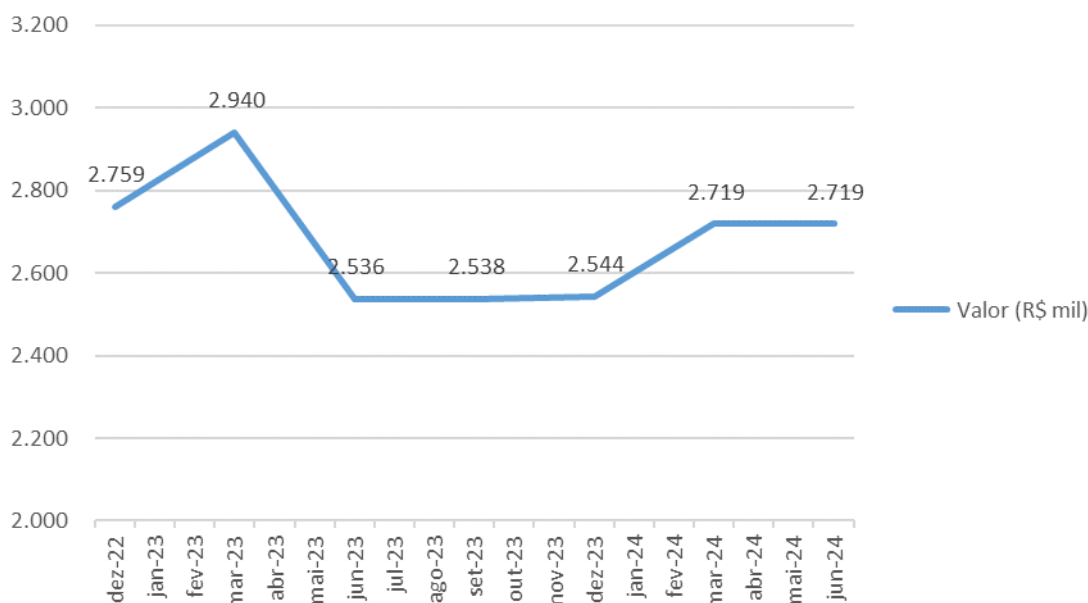
Os bens móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ 2,71 milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 1,17 milhões (43% do total), seguido de mobiliário em geral, R\$ 595 mil (22% do total).

Bens Móveis

Bens móveis	2º trim. 2024	4º trim. 2023	R\$	
	Custo	Custo	AH (%)	AV (%)
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	1.178.589	1.124.004	5	43
MOBILIARIO EM GERAL	595.507	569.651	5	22
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	269.910	228.768	18	10
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	201.201	201.201	-	7
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	177.850	126.687	40	7
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	73.384	73.384	-	3
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	71.890	70.005	3	3
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	39.563	39.563	-	1
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	22.599	22.599	-	1
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	19.500	19.500	-	1
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	15.455	15.455	-	1
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	12.804	12.804	-	0
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	10.054	10.054	-	0
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	9.209	9.209	-	0
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	7.560	7.560	-	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	7.124	7.124	-	0
VEICULOS EM GERAL	3.087	3.087	-	0
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	1.324	1.324	-	0
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.210	1.210	-	0
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	707	707	-	0
Total	2.718.529	2.543.896	7	100

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

Evolução do Imobilizado – Bens Móveis nos últimos 18 meses (valores em R\$ mil)



Depreciação Acumulada de Bens Móveis

A depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 1,45 milhões, equivalente a 53,0% do custo de aquisição total dos bens móveis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 12,26 milhões a título de imóvel de uso educacional e R\$ 2,02 milhões de obras em andamento e instalações, com depreciação acumulada no valor de R\$ 4,79 mil.

Nota 5 – Intangível

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil indefinida, no valor de R\$ 3.093,00.

Nota 6 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

O campus apresentou um saldo de R\$ 123,9 mil de obrigações, sendo todo o montante de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos no prazo de doze meses seguintes. Essas obrigações estão divididas conforme tabela a seguir.

Obrigações a Curto e Longo Prazo

	R\$				
	jun-24	dez-23	Var.	AH (%)	AV (%)
Subtotal - Curto Prazo	123.993	38.540	85.453	222%	100
Fornecedores e Contas a Pagar	37.558	6.137	31.421	512%	30
Demais Obrigações a Curto Prazo	86.435	32.403	54.032	167%	70
Subtotal - Longo Prazo	-	-	-		
Total	123.993	38.540	85.453	221,72%	100

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

A maior parte das obrigações do campus se referem a adiantamentos e demais obrigações a curto prazo, que representam 70% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

Apenas o fornecedor JH2P Engenharia possui crédito com o campus, totalizando R\$ 37.557,54 em junho de 2024. O saldo refere-se a construção do bloco de banheiros junto a quadra poliesportiva; do espaço de convivência; da quadra de areia; das arquibancadas e do fechamento da quadra poliesportiva.

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

Demais Obrigações a Curto Prazo

	R\$				
	jun-24	AV (%)	dez-23	AV (%)	AH (%)
Consignações	163	0,2%	2.104	42,9%	-92,3%
Depósitos não judiciais	2.205	2,6%	2.205	44,9%	0,0%
Incentivos a educação, cultura e outros	84.068	97,3%	600	12,2%	13911,3%
Total	86.435	100%	4.909	100%	1661%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a folha de pagamento ou a compras de bens e serviços.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende cauções recebidos em garantia de execução de contratos continuados.

(c) Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

Nota 7 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi superavitário em R\$ 245 mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$			
	jun-24	jun-23	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.526.070	2.275.047	- 33	623
Variações Patrimoniais Diminutivas	- 1.280.971	- 1.367.413	- 6	523
Total	245.099	907.633	- 73	100

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

No resultado Patrimonial do Período, houve um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Redução da valorização e ganhos com ativos em R\$ 410,7 mil (82%);
- II. Redução das transferências e delegações recebidas em R\$ 338,8 mil (19%);
- III. Redução das transferências e delegações concedidas em R\$ 128,4 mil (100%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais

	R\$				
	jun-24	jun-23	Var.	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	1.526.070	2.275.047	- 748.976	-33%	100
Transferências e delegações recebidas	1.434.084	1.772.890	- 338.806	-19%	94
Valorização e ganhos com ativos	91.388	502.157	- 410.769	-82%	6
Outras VPAs	599	-	599		0
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.280.971	1.367.413	- 86.442	-6%	100
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	854.874	831.387	23.487	3%	67
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira:	137	-	137		0
Transferências e delegações concedidas	602	129.018	- 128.416	-100%	0
Desvalorização e perda de ativos	-	43.200	- 43.200	-100%	-
Tributárias	741	2.704	- 1.963	-73%	0
Outras VPDs	424.618	361.105	63.513	18%	33
Total	245.099	907.633	- 662.534	-73%	100

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destaca-se as transferências e delegações recebidas, em um montante de R\$ 1,43 milhões (94% do total).

A principal Variação Patrimonial Diminutiva ocorreu pelo uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, no montante de R\$ 854,8 mil (67% do total).

Isto posto, conclui-se na redução do total de gastos, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 1,28 milhões até o encerramento do trimestre.

O detalhamento da VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e de outras VPD's são demonstrados a seguir.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	R\$				
	jun-24	jun-23	Var.	AH (%)	AV (%)
Uso de materiais de consumo	113.349	108.029	5.320	5%	13
Serviços	624.712	578.201	46.511	8%	73
Depreciação, amortização e exaustão	116.812	145.156	- 28.344	-20%	14
Total	854.874	831.387	23.487	3%	100

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

Destaca-se o aumento de R\$ 46,5 mil em serviços, equivalente a 8%, em relação ao mesmo período no exercício anterior.

As principais variações nos gastos com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Serviços

	R\$				
	jun-24	jun-23	Var.	AH (%)	AV (%)
Diárias	5.942	5.541	401	7%	1
Serv. de apoio adm., técnico e operacional	572.545	572.660	- 116	0%	92
Serviços administrativos - PJ	25.080	-	25.080		4
Serv. Água e esgoto, energia elétrica, gás	21.145	-	21.145		3
Total	624.712	578.201	46.511	8%	100

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram aumento de gastos no campus, na ordem de 18%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos. No segundo trimestre de 2024, o total de gasto nesta rubrica foi de R\$ 424,6 mil.

Nota 8 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária do órgão consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964). Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia R\$ 1,29 milhões. Houve um decréscimo de 9% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas correntes representam 99,85% do total empenhado no exercício, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Despesas Empenhadas - Composição

	R\$			
	jun-24	jun-23	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	1.296.145	1.427.663	- 9	100
Despesas de Capital	1.885	14.100	- 87	0
Total	1.298.030	1.441.763	- 10	100

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

Entre as despesas empenhadas, destacam-se outros serviços de terceiros, com R\$ 549,4 mil em empenhos realizados no exercício, seguidas das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor de R\$ 527,1 mil, equivalentes à 42,3% e 40,6% do valor total empenhado, respectivamente.

O percentual de liquidação dos empenhos no exercício é de 69,8%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve aumento de 23,7% nos empenhos com auxílio financeiro a estudantes e redução de 25,5% nos empenhos com outros serviços de terceiros - PJ.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas empenhadas no campus.

Empenhos - Composição

NATUREZA DE DESPESA	jun-24					jun-23					R\$
	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AV (% de emp.)	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AH (% de emp.)	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	568.032	549.455	342.588	62,4	42,3	737.586	737.586	737.577	325.513,6	-	25,5
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	544.279	527.129	418.993	79,5	40,6	426.063	426.063	426.063	352.712,0	-	23,7
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	176.436	176.436	118.363	67,1	13,6	136.999	136.999	136.999	90.099,4	-	28,8
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	16.347	16.347	10.760	65,8	1,3	21.905	21.905	21.905	7.309,7	-	25,4
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	12.436	12.436	5.942	47,8	1,0	13.326	13.326	13.326	5.541,0	-	6,7
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.633	6.633	-	-	0,5	-	-	-	-	-	-
MATERIAL DE CONSUMO	5.784	3.785	3.785	100,0	0,3	7.782	7.782	7.782	7.781,6	-	51,4
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	25.250	3.000	3.000	100,0	0,2	29.461	29.461	16.881	6.372,7	-	89,8
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.885	1.885	1.885	100,0	0,1	-	-	-	-	-	-
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	926	926	714	77,2	0,1	2.836	2.836	2.836	2.677,3	-	67,4
APLICACOES DIRETAS	998.271	-	-	-	-	271.475	271.475	-	-	-	100,0
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	64.960	-	-	-	-	62.149	62.149	62.149	62.143,8	-	100,0
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	546	546	546	546,2	-	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES	-	-	-	-	-	2.249	2.249	1.600	-	-	100,0
APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APLICACOES DIRETAS	8.483	-	-	-	-	147.392	147.392	-	-	-	100,0
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	-	-	-	-	-	14.100	14.100	14.100	13.400,0	-	100,0
Total	2.432.220	1.298.030	906.031	69,8	100,0	1.873.868	1.873.868	1.441.763	874.097	-	30,7

Fonte: SIAFI, 2024 e 2023

Os principais favorecidos do período são listados na Tabela a seguir.

Empenhos por favorecido - Composição

FAVORECIDO	R\$	
	jun-24	
	DESP. EMP.	AV (%)
INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	543.173	41,8
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	165.600	12,8
CAPITAL - APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	100.335	7,7
PROFORCE TERCEIRIZACOES E SERVICOS LTDA	75.012	5,8
DORS & MARINA SOLUCOES ELETRICAS E HIDRAULICAS	71.000	5,5
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA	68.317	5,3
BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A	55.785	4,3
SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.	41.053	3,2
NS SERVICOS & SEGURANCA LTDA	31.608	2,4
BELA VISTA - GESTAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA	24.892	1,9
REALTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	23.020	1,8
ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA	16.605	1,3
DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA	12.377	1,0
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	12.010	0,9
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN	12.000	0,9
FEDERACAO NACIONAL DE EDUCACAO E INTEGRACAO DOS	10.836	0,8
RENOVAR SEGURANCA LTDA	9.350	0,7
CERRADO VIAGENS LTDA	6.633	0,5
OUTROS	18.426	1,4
Total	1.298.030	100,0

Fonte: SIAFI, 2024

Mais de 62% dos empenhos do campus estão concentrados nos três primeiros favorecidos:

- **Inst. Federal do RS / campus Alvorada:** empenhos destinados ao pagamento de assistência estudantil, permanência e moradia aos estudantes matriculados no campus;
- **Pedro Reginaldo de Albernaz Faria e Fagundes:** empenhos destinados ao serviço continuado de intérprete de libras;
- **Capital – Apoio Administrativo:** empenhos destinados ao serviço continuado de limpeza, asseio e conservação.

Nota 9 – Restos a Pagar

Conforme Tabela que segue, 41,9% dos Restos a Pagar Processados a pagar e Não Processados a liquidar corresponde à obras e instalações, perfazendo o valor de R\$ 64,1 mil. Os equipamentos e materiais permanentes correspondem a 28,6% do total de compromissos a realizar, no valor de R\$ 43,7 mil e, material, bem ou serviço para distribuição gratuita, 14,5%, no valor de R\$ 22,1 mil. Juntas, as três naturezas citadas correspondem a 85% do total de compromissos a realizar inscritos em restos a pagar.

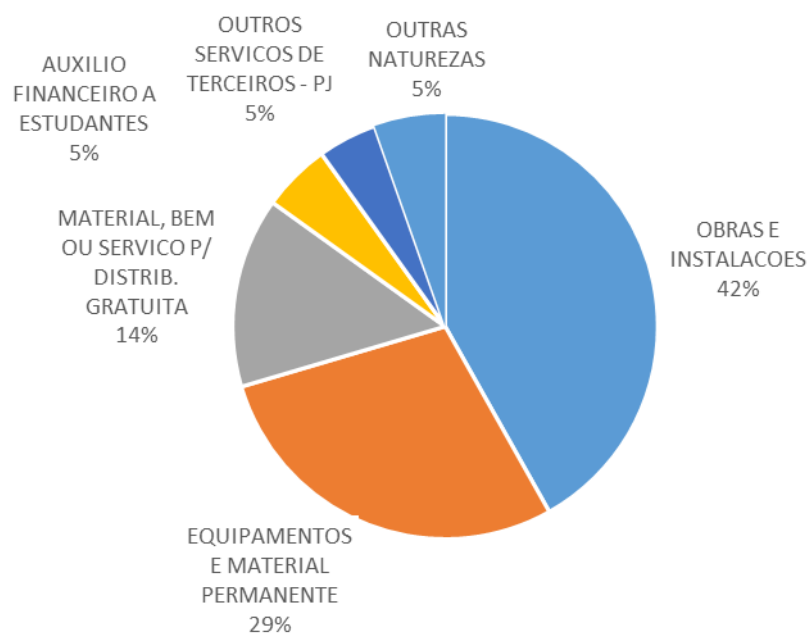
Restos a Pagar - Composição do 2º trimestre

NATUREZA DE DESPESA	RP PROC. INSCRITOS	RP PROC. PAGOS	RPP A PAGAR	RP NAO PROC. INSC.	RP NAO PROC. REINSC.	RP NAO PROC. LIQ.	RPNP A LIQ.	R\$
								AV DOS RPP A PAG. E RPNP A LIQ. (%)
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			-	186.756		143.006	43.750	28,6
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA			-	132.855		110.687	22.168	14,5
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.684	2.684	-	130.484		123.660	6.824	4,5
MATERIAL DE CONSUMO			-	20.118		19.750	368	0,2
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.			-	13.735		13.735	-	-
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES			-	10.575		2.625	7.950	5,2
OBRAS E INSTALACOES			-	8.343	335.248	279.470	64.120	41,9
INDENIZACOES E RESTITUICOES			-	3.942			3.942	2,6
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES			-	3.660			3.660	2,4
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ			-	2.210		2.210	-	-
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ			-	2.085		2.085	-	-
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES			-	314			314	0,2
DIARIAS - PESSOAL CIVIL			-	60			60	0,0
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS			-	26		26	-	-
Total	2.684	2.684	-	515.162	335.248	697.254	153.156	100

Fonte: SIAFI, 2024

Na Figura a seguir a representação gráfica dos compromissos a pagar de Restos a Pagar por natureza de despesa.

Compromissos a Pagar – Restos a Pagar até o 2º trimestre



Todos os compromissos a pagar de Restos a Pagar correspondem aos Restos a Pagar Não Processados, que equivalem aos compromissos assumidos com materiais que não foram entregues ou serviços que não foram prestados ao IFRS até o encerramento do exercício anterior.